

Recife, 10 de maio de 2017.

OFÍCIO Nº 089/2017 – GAB/CSURB

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, informamos que a CSURB encontra-se a disposição para o acesso as informações solicitadas.

Outrossim, designamos o dia 16/05 do corrente ano, às 10h para a consulta às informações requeridas, em conformidade com o Art. 14 do decreto 28.527/15 PCR.

Art 14. O SAI deverá providenciar o imediato acesso à informação não sigilosa quando estiver disponível.

§ 1º As informações não disponíveis para acesso imediato deverão ser disponibilizadas no prazo de 20 (vinte) dias, podendo ser prorrogado por 10 (dez) dias mediante justificativa encaminhada ao requerente antes do término do prazo original.

§ 2º O acesso à informação será efetuado mediante:

I - envio ao endereço eletrônico informado;

II - marcação de data e hora para a consulta à informação, podendo o requerente efetuar, às suas expensas, reprodução ou obter certidão relativa à informação.

§ 3º A reprodução dos documentos solicitados deverá ser efetuada na própria repartição municipal, mediante a apresentação de documento de arrecadação municipal devidamente recolhido com os custos de cada cópia. Neste caso, as cópias deverão estar disponibilizadas no prazo de 10 (dez) dias, contado da comprovação de pagamento, podendo ser prorrogado justificadamente por mais 10 (dez) dias.

§ 4º Na impossibilidade de fornecimento de cópia, o requerente pode solicitar que, às suas expensas e sob a supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a integridade do documento original.

§ 5º Estará isento de ressarcir os custos aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da sua família, declarada nos termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983.

§ 6º O não comparecimento injustificado do requerente na data e hora marcadas para a consulta à informação implicará o arquivamento do pedido.

§ 7º Durante todo o período de acesso aos documentos disponibilizados, o requerente ficará acompanhado de um servidor público.

§ 8º O custo da reprodução de cada documento deverá ser definido semestralmente por portaria do Controlador Geral do Município.

Ademais, a reprodução dos documentos solicitados deverá ser efetuada na própria repartição municipal (sede da autarquia), mediante a apresentação do documento de arrecadação municipal devidamente recolhido, ou sob a supervisão de servidor designado, a reprodução poderá ser feita por outro meio que não ponha em risco a integridade do documento original.

Por fim, alertamos que o não comparecimento injustificado, implicará no arquivamento do pedido.

Atenciosamente,

Alessandra Ferreira

Gerente de Articulação Institucional – CSURB